



Índice

- 01** Câmara pede publicação de documento que relata extermínio de índios na ditadura
- 02** Índios caiapós são impedidos de entrar no Congresso
- 03** Presidente Dilma autoriza compra da Fazenda Buriti para resolver impasse
- 04** Famasul diz que índios estão sendo manipulados em Mato Grosso do Sul
- 05** Índios do sul e norte do Estado vêm à Capital para reunião com secretária
- 06** Em estudo, hidrelétrica no PA já enfrenta resistência
- 07** Crimes contra índios durante a ditadura são tema de debate hoje
- 08** Demarcação de terras indígenas no Sul do país é tema de audiência com ministros
- 09** Presidente da Funai está em Sidrolândia reunida com lideranças indígenas terena
- 10** Comissão visita agricultores prejudicados por demarcação de área indígena
- 11** Crianças e jovens Indígenas serão beneficiados com material esportivo
- 12** Solidariedade aos indígenas em luta no Mato Grosso do Sul



Câmara pede publicação de documento que relata extermínio de índios na ditadura
SÍTIO UOL, 20.06.2013

Representantes do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que discute os problemas relacionados às terras indígenas reivindicaram nesta quinta-feira (20) a publicação do Relatório Figueiredo, um documento de mais de 7.000 páginas que descreve graves violações aos direitos indígenas ocorridas entre os anos de 1946 e 1967 pelo governo militar e pelos próprios servidores do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Durante audiência pública para debater o relatório, o deputado Domingos Dutra (PT-MA) ressaltou que o levantamento pode ajudar a resolver impasses sobre demarcações nos dias atuais. "Esse relatório deve ser uma peça importante da Comissão da Verdade, que está garimpando fatos, fontes sobre o que aconteceu na ditadura. É muito importante que a gente tenha uma garimpagem desse relatório para poder desmentir o discurso dos latifundiários e também ter consequências", disse Dutra.

De acordo com o pesquisador e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic, responsável pela descoberta do Relatório Figueiredo, a intenção é publicar todo o conteúdo no site do Armazém Memória. "Queremos lançar um centro virtual indígena capaz de colocar uma documentação probatória dentro desse site. Com isso, a gente pode estimular um processo de educação em direitos humanos e de respeito aos povos indígenas, para que as pessoas saibam as violências que eles passaram e possa haver uma reparação", explicou Zelic.

Produzido nos anos 1967 e 1968, quando o então procurador Jader de Figueiredo Correia percorreu o país a convite do extinto Ministério do Interior para apurar denúncias de crimes cometidos contra a população indígena, o documento era dado como perdido em um incêndio no ministério há mais de 40 anos, mas foi recentemente encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, por Marcelo Zelic.

Durante o trabalho de apuração, o grupo coordenado por Figueiredo Correia apurou denúncias como o extermínio de tribos inteiras, torturas, expulsões e diversos tipos de violência, muitas vezes praticada por servidores do SPI, órgão indigenista federal que antecedeu a Funai (criada em 1967) e sobre o qual pesavam suspeitas tão graves que o ex-ministro do Interior Albuquerque Lima admitiu, durante depoimento no Congresso Nacional, em 1977, ser impossível o órgão ter sido mantido, "por culpa de algumas dezenas de servidores menos responsáveis".

Nove anos antes da declaração do ministro e em consequência das informações reveladas pelo trabalho de Figueiredo Correia, o Ministério do Interior recomendou a demissão de 33 pessoas; a suspensão de 17; a cassação da aposentadoria de um agente de proteção aos índios e de dois inspetores, e apontou ainda o envolvimento de outras pessoas em práticas ilícitas ou prejudiciais aos índios, mas cuja punição não era de competência do Poder Executivo. Posteriormente, muitos funcionários públicos punidos foram inocentados na Justiça e retornaram ao trabalho.



Índios caiapós são impedidos de entrar no Congresso

SÍTIO TRIBUNA, 20.06.2013

Um grupo de aproximadamente 50 índios caiapós foi impedido de entrar na manhã desta quinta-feira, 20, no Congresso Nacional. Ele iriam acompanhar audiência em uma Comissão da Câmara dos Deputados que trata da demarcação de terras indígenas.

Devido à expectativa de uma grande manifestação hoje em Brasília, a segurança parlamentar reforçou o policiamento nos principais acessos do prédio. Após negociação com os deputados da Comissão, ficou decidido que apenas dez representantes do grupo poderiam entrar, desde que não estivessem com cordas ou qualquer instrumento que pudesse ser considerado uma arma.

Neste momento, os parlamentares discutem um relatório produzido entre 1962 e 1967 que trata de informações sobre tortura, extermínio de índios e apropriação de terras indígenas. Segundo a assessoria parlamentar da Fundação Nacional do Índio (Funai), o relatório explica o foco dos atuais conflitos agrários da região Norte e Centro-Oeste do País.

Presidente Dilma autoriza compra da Fazenda Buriti para resolver impasse

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 20.06.2013



Reunião acontece no Centro Rubens Gil de Camilo (Foto: Marcos Erminio)

A reunião da comitiva do Governo Federal sobre o conflito entre índios e fazendeiros realizada na tarde desta quinta-feira (20) em Campo Grande não tem hora para acabar, mas conforme apurou o Campo Grande News, a presidente Dilma Rousseff autorizou a compra da fazenda Buriti, localizada em Sidrolândia.

A propriedade pertence ao ex-deputado Ricardo Bacha e foi ocupada por índios terena no dia 15 de maio. A área ganhou destaque nacional depois que o confronto entre indígenas e a Polícia Federal, durante cumprimento de ação

da reintegração de posse, terminou com a morte do índio Oziel Gabriel, de 35 anos, no dia 30 de maio.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, recebeu a autorização da presidente Dilma para que a fazenda Buriti seja comprada e o impasse resolvido.

A comitiva conta ainda com a presença do chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), Luiz Inácio Adam, a secretária executiva do Ministério da Justiça, Márcia Pelegrini e o secretário nacional de Articulação Social, Paulo Maldos.

A reunião tem ainda a presença de líderes indígenas, representantes de produtores rurais, da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja E Milho), e também de prefeitos de cidades do interior de Mato Grosso do Sul.

Os técnicos das entidades devem definir um cronograma para dar andamento ao processo de compra da fazenda.

Famasul diz que índios estão sendo manipulados em Mato Grosso do Sul

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 20.06.2013



A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) diz que falta justiça nos conflitos indígenas registrados no país, principalmente em Mato Grosso do Sul. Durante reunião da Câmara Setorial de Carne Bovina, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que acontece na Feicorte, o diretor de Relações Institucionais da Famasul, Rogério Beretta, disse haver "muita falta de informação" sobre o que está ocorrendo e cobrou agilidade jurídica para resolver os conflitos.

- Os índios também estão sendo manipulados. O real interesse não é entregar terra para índios – declarou, sem citar quem seriam os "manipuladores".

Ele informou que a entidade há mais de 15 dias vem conversando com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) para tentar viabilizar a vacinação dos bois que estão nas propriedades demarcadas pela Funai, em portaria de dezembro passado.

- Há risco de ter aftosa se não os vacinarmos. Se o Brasil está devendo terras para os índios não vamos discutir, mas o produtor rural não pode pagar por isso – enfatizou.

A Famasul promove a campanha "Onde tem justiça, tem espaço para todos" e pede que o Superior Tribunal Federal (STF) julgue com urgência os declaratórios da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Pede, também, a suspensão das demarcações da Funai até que seja feito o julgamento.

- Até os assentados da reforma agrária estão sendo retirados. Há julgamentos no STF desde 2005 que nunca foram julgados. E, pior, há brigas de produtores rurais paradas na Funai de mais de 14 anos – disse Beretta, informando que a própria federação possui 88 processos na Justiça contra a Funai. Segundo a Famasul, mais de 60 municípios de Mato Grosso do Sul estão sendo atingidos por conflitos indígenas e a reivindicação é de destinação de cerca de 900 mil hectares de terra para os índios.

Ainda conforme a Famasul, o Brasil possui 13% de terras indígenas demarcadas (ou 110,9 milhões de hectares) do total do território nacional. O governo tem 60% do território nacional e 28% são áreas de produção agropecuária. O país possui 896 mil índios, sendo que 517 mil vivem nas terras indígenas demarcadas e 379 mil índios fora dessas regiões.

Índios do sul e norte do Estado vêm à Capital para reunião com secretária

SÍTIO TUDOMS, 20.06.2013



Lindomar espera uma decisão definitiva. (Foto:Arquivo)

Lideranças indígenas terenas, kadiwéus e guaranis do sul e norte do Estado seguem para Campo Grande, nesta quinta-feira (20), para o encontro com a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Meiki, que vem à Capital para discutir os conflitos fundiários em Mato Grosso do Sul. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, era aguardado, mas cancelou sua vinda à Capital.

Representantes dos produtores rurais também participam da reunião que deve acontecer no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, a partir das 13 horas.

Apesar de participarem do encontro apenas cinco lideranças indígenas, pelo menos 200 índios devem vir à Capital.

Mais de 40 indígenas, que ocupam a fazenda Esperança, em Aquidauana, seguem vêm a Campo Grande nesta quinta-feira, segundo o líder indígena da comunidade Terena, da aldeia Bananal, Gilson Terena, 40 anos.

A expectativa é que a reunião traga soluções imediatas e conclusivas ao conflito de terras seja no Estado, segundo o líder terena Lindomar Ferreira, 38 anos. "Vamos tentar algo concreto, como a criação de um cronograma. Já estamos cansados de reuniões e audiências sem que traga uma solução. Temos que resolver", afirmou.

Na manhã de hoje (20), índios de várias etnias estão reunidos com representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio), na fazenda Buriti, em Sidrolândia. De lá, eles seguem para a reunião com a secretária.

Segundo o Gilson, apesar da decisão judicial que determinou prazo de 10 dias para a reintegração de posse na fazenda Esperança, eles continuarão no local. "Vamos continuar na fazenda". Os índios ocupam uma área de três mil hectares na fazenda. Na terça-feira (18), os terenas bloquearam por duas horas a rodovia BR-262 na região de Miranda.



Em estudo, hidrelétrica no PA já enfrenta resistência

SÍTIO PORTAL PCH, 20.06.2013

Próxima a ser licitada e última das grandes hidrelétricas a ser feita no Brasil, a UHE de São Luís do Tapajós (PA) tem seus estudos iniciados sob clima de conflito e ameaça atrapalhar até mesmo as obras da UHE de Belo Monte, que estão em andamento. Prevista no coração da floresta, a usina enfrenta a resistência dos índios mundurukus e, pela primeira vez, o governo brasileiro assume o compromisso de colocar em prática a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual é signatário. Com licitação prevista para 2014, ano de eleição, a usina terá capacidade para gerar 6.133 MW e sua área alagada terá 722,25 km², superior à de Belo Monte (516 km²). A Convenção 169 prevê o diálogo entre as partes até a obtenção de consenso.

— Estamos propondo um diálogo verdadeiro, em clima pacífico. O que eles disserem tem de ser levado em conta na decisão final — afirma Paulo Maldos, secretário nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República.

Quatro novas usinas

A decisão de ouvir os índios foi tomada em clima tenso. No dia de Corpus Christi, 144 mundurukus invadiram o canteiro Sítio Belo Monte. Encheram de papéis alojamentos e veículos e ameaçaram atear fogo. Para evitar um confronto, o governo deslocou dois aviões da operação de fronteira Ágata para levar os indígenas a Brasília, entre eles 27 crianças. Naquele mesmo dia, um índio terena havia sido morto no Mato Grosso do Sul. Depois de se reunirem com o ministro Gilberto Carvalho, os mundurukus foram convidados a ir embora. Mas não foram. Ocuparam a sede da Funai e só retornaram ao Alto Tapajós na última quinta-feira, em aviões do governo.

A superoperação de retirada dos índios de Belo Monte pode ser um marco de mudança: a UHE Tapajós não repetirá Belo Monte. Os índios exigiram e tiveram na mesa de negociação a presença de mediadores considerados de confiança, como o Ministério Público Federal, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Associação Brasileira de Antropologia e um representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Carvalho assumiu o compromisso de fazer as consultas previstas na Convenção.

Mas a UHE Tapajós não virá sozinha. O projeto apresentado no último dia 6 à prefeitura de Itaituba, no Sul do Pará, onde ficará a barragem, inclui as usinas Jatobá (Rio Tapajós), Jamanxin, Cachoeira do Caí e Cachoeira dos Patos (Rio Jamanxin), num total de 10.682 MW, aproximando-a de Belo Monte (11.233 MW). O plano da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê que estarão prontas entre 2017 e 2020. Os índios kayabi e apiaká também serão afetados.

Juntos, são cerca de 20 mil indígenas no Vale do Tapajós.

Aldeias do Vale do Tapajós têm 13 mil indígenas

CONT.



Os mundurukus são 13 mil indígenas divididos em 118 aldeias no Vale do Tapajós, distribuídas à beira dos rios onde serão instaladas as hidrelétricas. A UHE Teles Pires, no Norte do Mato Grosso, já em obras, alagará a Cachoeira Sete Quedas, sagrada para os indígenas.

— Se a consulta aos povos for feita depois de decisão tomada, fica a sensação de fato consumado. A Convenção 169 é um processo de negociação de boa fé e há uma expectativa que o governo reveja os prazos das usinas se for necessário — afirma Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), que abrange populações indígenas e comunidades tradicionais.

Descritos como a grande tribo guerreira da Amazônia no século XVIII, os mundurukus atacavam inimigos com flechas incendiárias e faziam de suas cabeças preciosos troféus. Em 2011, fizeram reféns nove funcionários da Funai e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na região do Rio Teles Pires. Na negociação, o governo se comprometeu a homologar a Terra Indígena (TI) Kayabi, entre Mato Grosso e Pará. O ato foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em abril passado.

— Os mundurukus são hoje um povo politizado e consciente. São mais de cem caciques e as decisões são tomadas em conjunto — diz Marcos Antônio Borges Costa Reis, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Pará e Amapá.

Índios sem direito a vetos

Em maio, depois de uma tentativa fracassada de diálogo com os índios, a Secretaria Geral da Presidência da República acusou os mundurukus de envolvimento com garimpos ilegais de ouro. Na semana passada, recuou da afirmação.

— É preciso superar o clima atual, de desconfiança e confronto. Desejamos um processo amplo de diálogo, com testemunhas e assessores dos indígenas, tudo documentado, filmado, assinado. Vamos criar uma cultura de diálogo em todo planejamento estatal que incida em regiões com populações indígenas e quilombolas — afirma Paulo Maldos, secretário nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência.

Tanto o governo quanto o MPF afirmam, porém, que os índios não terão direito de veto, mas os projetos podem ser alterados para preservar territórios e minimizar impactos.

— Vamos ficar cercados por hidrelétricas. Dizem que vão nos ouvir, mas já estão fazendo a usina Teles Pires e a São Manuel e não nos consultaram. Mandaram a Força Nacional nos intimidar — afirma Valdenir Munduruku, um dos líderes da etnia.

Fonte: CLEIDE CARVALHO



Crimes contra índios durante a ditadura são tema de debate hoje

SÍTIO JORNAL BRASIL, 20.06.2013

A Comissão de Legislação Participativa encerra hoje o ciclo de debates sobre questões indígenas, iniciado na terça-feira. Hoje, o tema será o chamado Relatório Figueiredo, que contém informações sobre crimes cometidos contra indígenas durante a ditadura militar.

Após 45 anos desaparecido, o documento produzido pelo governo apurou matanças de tribos inteiras e torturas praticadas contra indígenas no País, principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção do Índio (SPI). O relatório foi reencontrado recentemente no Museu do Índio, no Rio.

Foram convidados para o debate, que ocorrerá das 9h às 12h, no Plenário 3:

- o vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP, Marcelo Zelic;
- o jornalista dos Diários Associados Felipe Canedo;
- o indigenista Noel Villas Boas;
- um representante da Fundação Nacional do Índio (Funai); e
- a integrante da Comissão Nacional da Verdade e coordenadora do grupo de trabalho que apura violação dos direitos humanos de indígenas, Maria Rita Khel.

Íntegra da proposta:

PEC-215/2000

Fonte: Agência Câmara Notícia



Demarcação de terras indígenas no Sul do país é tema de audiência com ministros

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 20.06.2013

Os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e o secretário Paulo Maldos, da Secretaria Nacional de Articulação Social, reuniram-se nesta quarta-feira (19/06) no Palácio do Planalto, em Brasília, com líderes indígenas de diversas etnias, do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Os ministros receberam pauta de reivindicações que engloba desde a demarcação de terras indígenas na Região Sul e criação de uma mesa de negociação até críticas contra a PEC 215, que transfere para o Legislativo a atribuição de demarcar terras indígenas.

Ao final da reunião, o ministro da Justiça assinou documento no qual se compromete a realizar, no prazo de 15 dias, em Porto Alegre, reunião para negociação de alternativas e busca de entendimento sobre as terras indígenas em processo de demarcação com as comunidades gaúchas de índios e agricultores.

Também deverão ser realizados encontros com representantes de agricultores e comunidades indígenas do Paraná e Santa Catarina, com o mesmo objetivo, em até 45 dias. No documento Cardozo também se comprometeu a "buscar soluções negociadas que evitem ou superem conflitos com vistas a garantir maior segurança jurídica nos processos de demarcação".

Campo Grande

Nesta quinta-feira, o ministro Gilberto Carvalho tem agenda em Mato Grosso do Sul com o governador do Estado, André Puccinelli, representantes do Legislativo, Judiciário e lideranças indígenas. O objetivo é tratar da instalação de um fórum com representantes indígenas e produtores rurais para negociar uma solução relativa às desocupações de terra na região. Esse fórum deverá ter representantes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do governo estadual.



Presidente da Funai está em Sidrolândia reunida com lideranças indígenas terena
SÍTIO REGIÃO NEWS, 20.06.2013

A informação foi confirmada pelo órgão e pela Força Nacional de Segurança, que faz fiscalização na área.

A presidente interina da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, passou a manhã desta quinta-feira (20) em Sidrolândia quando se reuniu com lideranças indígenas da etnia terena na região onde fazendas estão ocupadas e houve recentes conflitos com produtores rurais.

A informação foi confirmada pelo órgão e pela Força Nacional de Segurança, que faz fiscalização na área. A comitiva da FUNAI passou pela estrada que dá acesso às aldeias indígenas e às propriedades invadidas. Maria Augusta viaja daqui a pouco para Campo Grande onde participa da instalação de um fórum para tratar dos conflitos indígenas e fazendeiros em Mato Grosso do Sul.

O encontro é uma tentativa de negociar soluções para as desocupações de terra na região, e a reunião está prevista para as 14 horas (horário de MS) no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.

A criação do fórum foi um compromisso firmado com índios terena pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no dia 6 de junho. Um dos assuntos que deverão ser debatidos no fórum de negociações é a eventual compensação financeira para fazendeiros que tiverem propriedades absorvidas por áreas demarcadas como terra indígena. No dia 30 de maio, o indígena Oziel Gabriel, de 36 anos, morreu em confronto com a polícia durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti.



Comissão visita agricultores prejudicados por demarcação de área indígena
SÍTIO AGRONOTÍCIAS MT, 20.06.2013

Integrantes da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara Federal, estarão hoje, a partir das 14 horas, em missão oficial na região de Mato Castelhano (RS), com o objetivo de verificar a situação de famílias que poderão ser expulsas de suas propriedades em razão da demarcação de terras indígenas.

O presidente da comissão, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), afirmou que cerca de 250 famílias poderão ser expulsas de suas propriedades. "A saída dessas famílias, algumas morando há mais de 100 anos na região, irá ocasionar um impacto social muito grande no município, que é essencialmente agrícola", disse Goergen.

Falta de transparência- Segundo o deputado, os agricultores querem mais transparência no processo de demarcação de terras indígenas realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "A Funai reivindica aproximadamente 3,55 mil hectares no município, sendo que pelo menos 2/3 desta área são de terras produtivas."

Jerônimo Goergen afirma ainda que as famílias de agricultores foram surpreendidas com a chegada de polícias federais armados com submetralhadoras, fazendo a escolta de funcionários da Funai que cadastravam as propriedades rurais. "Essa ação policial é vista como um terrorismo psicológico", criticou.

Fonte: So Notícias/Agronotícias com assessoria



Crianças e jovens Indígenas serão beneficiados com material esportivo

SÍTIO PORTAL BENEFÍCIO, 20.06.2013

Portal Benício
Fonte: Secom

Visando a promoção do esporte e o combate a ociosidade, ao uso de drogas e entorpecentes entre os jovens indígenas, a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sel) promoveu, nesta quinta-feira, 20, a doação de kits esportivos a 13 aldeias indígenas tocaninenses.

Conforme o secretário executivo da Sel, Fernando Rezende, a doação faz parte de um conjunto de ações que buscam incentivar a prática do esporte entre os jovens indígenas como maneira de diminuir maus hábitos, tais como o consumo de entorpecentes. "Entendemos que a distribuição desse material contribuirá com a melhoria da vida social nas aldeias, diminuindo atividades negativas como uso de entorpecentes. Nossa pasta tem uma função social importante e dessa forma, estamos cumprindo nosso papel com a distribuição desses kits", destaca.

O material que compõem os kits (redes para gol e de vôlei, bolas de futebol, vôlei e afins) é produzido por meio do projeto Pintando a Liberdade, a partir do qual cidadãos que cumprem medidas socioeducativas produzem artigos esportivos como bolas de basquete, futebol e redes para gol e de vôlei, dentre outros materiais e produtos.

Outras ações

Está previsto para o dia cinco de agosto uma reunião entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Tocantins), Instituto Federal de Educação (IFTO) e secretarias estaduais da Educação e da Defesa Social com o objetivo de promover ações sociais e de lazer entre os indígenas.

Ainda de acordo com o secretário Fernando Rezende, a Sel está promovendo e executando diferentes programas e projetos no Estado, tais como a articulação junto a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para instalação de um centro de esportes e lazer próximo ao Palacinho. "Nossa meta é oferecer um espaço ao cidadão, onde ele possa ter acesso a um espaço adequado para as mais diversas práticas esportivas, além de outras atividades de lazer", acrescenta o secretário executivo.



Solidariedade aos indígenas em luta no Mato Grosso do Sul

SÍTIO DIÁRIO LIBERDADE, 19.06.2013

Brasil - MST - O MST manifesta solidariedade aos indígenas que lutam no Mato Grosso do Sul em defesa dos seus territórios e contra a apropriação das terras pelo agronegócio.

O Estado brasileiro, com a decisão de expulsar os indígenas da fazenda Buriti e a ação da Polícia Federal para fazer a reintegração de posse no município de Sidrolândia, age para defender o direito dos fazendeiros, em vez de cumprir o que está previsto na Constituição.

O governo federal prioriza o atendimento dos interesses do agronegócio, que ameaça a vida dos camponeses, indígenas, quilombolas e povos tradicionais. A omissão diante da morte dos indígenas em luta revela a falta de sensibilidade das autoridades.

O agronegócio, enquanto modelo dominante de organização da agricultura e do meio rural no Brasil, é sustentado na aliança dos fazendeiros capitalistas com empresas transnacionais, que avançam para controlar as nossas terras e a produção agropecuária.

As políticas implementadas para fortalecer as empresas do agronegócio aprofundam os problemas históricos do nosso país, como a concentração de terra, a desigualdade social, a violência contra os povos que vivem do cultivo da terra e a subordinação econômica aos interesses do capital internacional.

Por isso, a consolidação desse modelo não representa desenvolvimento, mas a dilapidação das bases econômicas do Brasil para a organização da agricultura dentro de um modelo que atenda as necessidades do povo brasileiro no campo e nas cidades.

Para alcançar seus objetivos e realizar seus interesses econômicos, os latifundiários capitalizados pela grande burguesia financeira e internacional atuam para impedir os cumprimentos das leis que determinam a reforma agrária, a demarcação de territórios indígenas e a titulação de áreas quilombolas.

Com sua força no Congresso Nacional, paralelamente o agronegócio faz uma movimentação para mudar essas leis, "legalizando" o descumprimento da Constituição. Com isso, fazem uma campanha ideológica para desmoralizar os órgãos responsáveis pelo cumprimento dessas leis

Um dos exemplos mais representativos dessa estratégia foi a discussão em torno do Código Florestal. Os ruralistas, que descumpriam a lei que determinava a manutenção de reserva legal e das áreas de preservação permanente, fizeram antecipadamente um movimento para desacreditar a legislação ambiental (que não corresponderia às necessidades econômicas do país) e a atuação do Ibama (que seria politizado). Logo depois, passaram a fazer pressão pela modificação da lei e pelo perdão às dívidas aplicadas pelo desmatamento.

CONT.



O agronegócio repete a mesma fórmula para transformar em letra morta o artigo 231 da Constituição brasileira: "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Os indígenas, assim como os sem-terra, os quilombolas e as florestas, representam um obstáculo para a expansão e consolidação de um modelo de produção agrícola, que concentra a terra para produzir monoculturas valorizadas no mercado para exportação, coloca nosso território e agricultura sob controle do capital internacional, expulsa a população do meio rural, destrói o meio ambiente e envenena as lavouras, lençóis freáticos e rios com a utilização excessiva de agrotóxicos.

Os movimentos de luta pela reforma agrária, a resistência dos indígenas e quilombolas e camponeses e os setores preocupados com a preservação do meio ambiente fazem campanhas e lutas em defesa dos interesses da sociedade brasileira. No entanto, não temos força suficiente para enfrentar a ofensiva do capital na agricultura.

Apenas com a organização e mobilização do conjunto da sociedade, especialmente da classe trabalhadora, será possível derrotar os responsáveis pelas mortes dos que lutam no campo, pela desnacionalização das nossas terras e pela submissão da nossa economia aos interesses do capital financeiro internacional.

Vamos intensificar as nossas mobilizações e realizar atividades por todo o país, em solidariedade aos povos indígenas em luta e, dessa forma, pavimentar na prática a unidade das forças progressistas em torno de um novo modelo de organização da agricultura e por mudanças estruturais no Brasil.